



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 05/2020

Data da Sessão Ordinária

25 de Setembro de 2020

Início

20:30 horas

Termo

22:50 horas

Aos catorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, pelas vinte horas e trinta minutos no Auditório do Centro Ciência Viva de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo cento e dois, de cinco de agosto de dois mil e vinte.-----

Nesta sessão compareceram os seguintes Deputados Municipais: António Luís Fernandes Mendes, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Natércio Francisco Canelhas Candeias, Rui Manuel Ferreira, Maria do Rosário Costa Martins, Carmen Dolores Gomes da Silva, Pedro José Lopes Pereira, Rogério Paulo de Sousa Palácio, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Vanessa Isabel Nascimento Almeida e Luís Manuel Marques Rodrigues. Estiveram igualmente presentes os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia; José Manuel Sequeira da Rita, Ana Luísa Cartaxo Manique e José Manuel Ricardo. -----

A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida de Oliveira Varino (CDU), não esteve presente, tendo justificado a sua falta e fez-se substituir pela Senhora Ana Sofia Sousa.

A Senhora Deputada Municipal Carla Alexandra Pereira Silvério (PS), não esteve presente, tendo justificado a sua falta.-----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pelo Senhor Vice-Presidente, Jorge Manuel Louro Pereira e pelas Senhoras Vereadoras Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Ana Filipa Alves Nuno Rosa Montalvo e Sónia Cristina Marques Varino.-----

Também estiveram presentes para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, o Senhor Jorge Heitor, Chefe de Divisão Municipal de Serviços Técnicos e o Senhor Daniel Oliveira, no apoio logístico à Assembleia Municipal, todos funcionários da Autarquia.-----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária – Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Segunda Secretária – Filipa Alexandra Amante Ferreira.-----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.-----

Em seguida, iniciou os trabalhos com o Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por dar conhecimento da correspondência recebida entre o período de vinte e seis de junho a vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte.-----

De seguida, informou que tinha duas atas para análise e aprovação; Ata número dois de quinze de maio de dois mil e vinte e ata número três de vinte e seis de junho de dois mil e vinte. Colocada para análise a Ata número dois, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados se tinham alguma observação a fazer à elaboração da mesma.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Maria do Rosário Costa Martins (CDU), questionando se existia algum critério para os documentos constarem em anexo ou serem transcritos na Ata, porque nesta Ata, existiam transcrições (página treze, quinze e dezasseis) enquanto em outras existiam anexos. Referiu igualmente, que tinha colocado algumas questões, que na Ata se misturavam e ficavam sem sentido, solicitando que fossem corrigidas, dando para o efeito as correções pretendidas.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), que fizesse essa retificação por escrito e lhe entregasse, para que se pudessem fazer essas alterações.----Relativamente à questão das transcrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que não existe nenhum critério para as transcrições, o critério era quando entendiam por bem fazê-lo para não desvirtuar a intenção. Era um critério da Mesa da Assembleia Municipal.-----

Não havendo mais nenhuma anotação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ata número dois a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com as devidas correções.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam apresentar alguma correção referente à Ata número três.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), para referir que existia uma incorreção na identificação de um Senhor Deputado Municipal; onde se lia Bancada da CDU, deveria ler-se, Bancada do PS. O senhor Presidente da Assembleia referiu que seria feita a correção.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ata número três a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com as devida correção.-----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção neste período antes da ordem do dia.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), informando que tinha uma proposta/recomendação para apresentar, com o seguinte teor:-----

-----“Proposta-----

-----Monumento aos Combatentes-----

Monumento de Homenagem ao Comendador e Ex-Presidente da Câmara António Manuel dos Santos Mendes.-----

A Câmara e Assembleia Municipal votaram já, em anteriores mandatos e também no presente, por unanimidade de todos os eleitos, a construção de um monumento que perpetuasse o reconhecimento público concelhio aos combatentes, que já tem o seu estudo de concepção realizado, pela sua acção na defesa do país e um monumento em homenagem ao Comendador António Mendes, esta a primeira decisão tomada, pelo seu trabalho de 40 anos como autarca.-----

No seguimento da colocação das várias esculturas na freguesia de Montalvo, (e recentemente também em Constância) em que as últimas foram instaladas no passado dia 15 de Agosto representativas do Covid-19 e do Papa Francisco, tivemos conhecimento que se projecta agora a construção de uma escultura ao combatente.-----

A disponibilidade e habilidade do autor das esculturas em causa, senhor João Reis, um natural e residente em Montalvo que devemos reconhecer, levou ao envolvimento da Junta de Freguesia e do Presidente do Município no apoio material e moral na frenética acção de colocação de esculturas nos espaços públicos da freguesia.-----

Com efeito a intervenção no espaço público, por qualquer entidade, pública ou privada, requer o cumprimento dos normativos legais vinculados ao princípio da segurança de pessoas, da salvaguarda da imagem urbana, do respeito pelos imóveis classificados, entre outros. Assim sendo, na colocação de monumentos ou de esculturas no espaço público deve existir a preocupação não só com a qualidade artística do objecto mas também quanto à sua integração no local a instalar da qual deverá resultar harmonia entre o monumento e o envolvimento que o enquadra.-----

Não nos parece que o Executivo da Junta de Freguesia de Montalvo e o Presidente do Município estejam a agir de boa-fé e a gerir devidamente este gesto de devido reconhecimento ao promover e estimular a construção de uma escultura ao combatente, aparentemente repetindo essa justa homenagem que deve ser o mais digna e solene possível, quando não se leva à prática as deliberações já tomadas da construção de um monumento localizado na sede do Concelho, abrangente e representante de toda a comunidade concelhia.-----

A não existência de uma deliberação da Câmara Municipal, na base de um projecto onde necessariamente se inclui uma memória descritiva da obra e a aprovação da sua localização representam uma ilegalidade perante a lei e ainda, e particularmente, um

desrespeito grave perante decisões de órgãos democraticamente eleitos, no caso concreto Câmara e Assembleia Municipal.-----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Constância, reunida a 25 de Setembro de 2020, propõe:-----

- a) Conforme diplomas legais em vigor que toda a alteração do espaço público, (colocação de esculturas ou outros) seja objeto de análise e deliberação da Câmara Municipal.-----
- b) Conforme deliberações por unanimidade anteriormente tomada pela Câmara e Assembleia Municipal deverá o Executivo Municipal proceder ao início dos procedimentos necessários à construção dos monumentos de homenagem aos combatentes e ao Comendador António Mendes.-----
- c) Enviar esta deliberação ao núcleo de Constância da Liga dos Combatentes, ao Comendador António Manuel dos Santos Mendes e Comunicação Social Regional.

Constância, 25 de Setembro de 2020-----

Os eleitos da CDU".-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou esta proposta apresentada pela Bancada da CDU a votação para discussão, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para referir que uma parte da descrição da proposta da bancada da CDU apresentava factos que desconhecia. Não estava envolvido em nenhuma colocação de monumento aos combatentes a levar a efeito pelo Senhor João Reis, essa parte não correspondia à verdade. A Câmara Municipal estava sim a desenvolver e a dar corpo ao que tinha sido deliberado por este órgão, na colocação de um monumento aos combatentes na sede do concelho. Referiu ainda, que estava marcada uma visita para a próxima segunda-feira, pelas onze horas, a vários locais da Vila com o Senhor Presidente da Liga dos Combatentes, tendo em vista a escolha da sua localização. Esta era a nota que pretendia deixar, reforçando a ideia que não tinha qualquer envolvimento num possível monumento aos combatentes a levar a efeito na freguesia de Montalvo. -----

Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira (CDU), para dizer que a declaração não referia que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha conhecimento, referia sim, que no seguimento da colocação das várias esculturas na freguesia de Montalvo (das quais deu exemplos) e, mais recentemente em Constância, agora se projetava a construção de uma aos Combatentes também em Montalvo. Referiu ainda que o executivo da Junta de Freguesia de Montalvo e o Presidente da Câmara Municipal não

estavam a gerir bem este processo. Se não concordavam com a disseminação de estátuas pela freguesia e pelo concelho, deveriam agir e não o tinham feito. A justa homenagem que deveria ser a mais digna e solene possível, materializada pela construção de um monumento localizada na sede do concelho, respeitando as deliberações dos eleitos, não poderia ser confundida com divulgações/exposições de obras do Senhor João Reis.-----
Voltou a pedir a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para deixar claro que não tinha qualquer envolvimento com o monumento aos combatentes na freguesia de Montalvo. Pretendia ainda dizer ao Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), que o único monumento na freguesia de Montalvo que tinha assistido ao seu descerrar, tinha sido no dia quinze de agosto, no Largo da Igreja, porque tinha ido à missa no dia da Freguesia, dia da Nossa Senhora da Assunção. Enquanto Presidente de Câmara, não tinha absolutamente nada a ver com a construção de um Monumento aos Combatentes na Freguesia de Montalvo.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade para que lhe fosse dado o devido encaminhamento.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a introdução de três pontos na Ordem de trabalhos cujos conteúdos já tinham sido distribuídos antecipadamente, e, pela sua pertinência, se justificava a sua introdução.-----

Posta a votação a introdução dos três pontos na Ordem de Trabalhos a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva Ordem de Trabalhos.-----

A Senhora Primeira Secretária fez a leitura do Edital que deu origem a esta Assembleia Municipal, assim como, a Ordem de trabalhos com os três pontos novos introduzidos.-----

- 1- Período reservado à intervenção do público - Limitado às primeiras 15 (quinze) pessoas;
- 2- Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de prestação de contas consolidada de 2019 – Para deliberação;-----
- 3- Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de adenda à prestação de contas relativa ao exercício de 2019 – Para deliberação;-----
- 4- Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de segunda alteração modificativa (revisão) aos documentos previsionais de 2020 – Para deliberação;-----
- 5- Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de alteração ao mapa de pessoal de 2020 (1ª alteração) – Para deliberação;-----

- 6- Análise e discussão e eventual aprovação da Proposta de política fiscal para 2021 – IMI, Derrama, IRS e TMDP – Para deliberação;-----
- 7- Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de não aceitação da transferência de competências para as Autarquias Locais no âmbito da saúde, educação e ação social – Para deliberação;-----
- 8- Análise, discussão e eventual aprovação – Candidatura PDR 2020 – Medida 10.2.1.6 “Renovação de Aldeias” – Igreja da Misericórdia da Santa Casa da Misericórdia de Constância – Emissão de declaração – Para deliberação;-----
- 9- Dispensa do âmbito de aplicação no ano de 2020 da Lei nº 8/2012, de 21 de Janeiro, e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho – Para conhecimento;-----
- 10- Ajustamentos na receita e despesa do Município no exercício de 2020 decorrentes da pandemia provocada pelo Coronavírus – Para conhecimento;-----
- 11- Relatório e contas das entidades participadas pelo Município – Para conhecimento;---
- 12- Reporte de contas à ERSAR do ano de 2019 – Para conhecimento;-----
- 13- Proposta de isenção de Taxas de Execução Fiscal e Juros de Mora – Dívida de água, saneamento e resíduos – Covid 19 – Para ratificação;-----
- 14- Alteração ao regulamento de taxas e outras Receitas, Licenças e Posturas Municipais. – Para deliberação;-----
- 15- Cedência de parcelas de terreno à Santa Casa da Misericórdia de Constância, sitas em Capareira, Freguesia e Concelho de Constância, para construção de um Lar de idosos – Para conhecimento;-----
- 16- Serviços essenciais de Transportes Públicos no Médio Tejo – Acordo CIMT/Municípios para financiamento dos serviços essenciais a funcionar no período escolar de Setembro a Dezembro de 2020 – Para conhecimento;-----
- 17- Apreciação de informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro – Para conhecimento;-----
- 18- Outros assuntos de interesse.-----
- Posta a votação a Ordem de trabalhos, a mesma a foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Não houve qualquer intervenção do público.

2 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DE 2019 – PARA DELIBERAÇÃO;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o município para além da sua prestação de contas, juntava a estas, as entidades com as quais exercia alguma influência, nomeadamente, Associação Centro de Ciência Viva de Constância, Associação Casa Memória de Camões e a RSTJ-Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, SA. O que vinha a esta Assembleia era o cruzamento das contas do município com as contas destas entidades, pelo que se chamava, prestação de contas consolidada.-----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ADENDA À PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2019 – PARA DELIBERAÇÃO;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara municipal começou por explicar que quando da elaboração da Prestação de Contas, tinha existido um erro na imputação de um valor ao centro de responsabilidade da água, quando deveria ter sido imputado às águas residuais. Feita a correção, depois de alertados para esse facto pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Saneamento), vinha a esta Assembleia para conhecimento e retificação do erro.-----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

4 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE TERCEIRA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA (REVISÃO) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2020 – PARA DELIBERAÇÃO;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que a proposta modificativa aos documentos previsionais, continha algumas mexidas na despesa corrente, na despesa de capital, na receita corrente e na receita de capital. O mapa anexo à proposta era claro, não havendo em sua opinião, necessidade de o reler e passar ponto por ponto.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), referindo que

sobre este documento apenas pretendia salientar o facto de se terem perdido cerca de duzentos e dez mil euros de Fundos Comunitários, para serem aplicados na localidade da Pereira, quando poderiam ter sido utilizados em outro lado. Também sobre a eficiência energética da Piscina, um projeto que já vinha do mandato anterior, disse não compreender como é que eram aprovados projetos de eficiência energética de equipamentos deste tipo em outros concelhos e no nosso concelho eram deixados cair. Assim como, as obras do Parque Ambiental não serem financiadas, com o teto da Ecoteca a cair com buracos no mesmo.-----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que provavelmente pela centésima vez explicava ao Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) assim como a toda a Assembleia que, os fundos comunitários por não se terem podido aplicar naquele projeto da Pereira, não era possível transferi-los para outros projetos. Dizer que o dinheiro podia ter ficado no concelho e aplicado noutro tipo de investimento não correspondia à verdade.-----

Relativamente à eficiência energética, não dependia da Câmara Municipal a aprovação da candidatura, o que se passava era um atraso considerável na Direção Geral de Energia e, Constância não era o único concelho do Médio Tejo com este problema, existia um conjunto de concelhos do Médio Tejo com candidaturas neste setor que ainda não tinham sido aprovadas, desconhecendo-se de momento o seu desfecho.-----

Relativamente ao Parque Ambiental de Santa Margarida, referiu que o mesmo estava a sofrer obras de requalificação, faltando apenas requalificar a Ecoteca e a substituição da Torre do Parque Ambiental. Para a Torre, já tinha sido lançado um primeiro concurso que tinha ficado deserto, iriam lançar um segundo concurso para substituir a Torre, impermeabilizar a Ecoteca, pintar e reparar esse buraco existente no edifício que, fruto de várias vicissitudes não tinha sido possível a candidatura feita ao Turismo de Portugal ser aprovada. Todas estas obras iriam decorrer por administração direta com os trabalhadores do município. No caso da substituição do Torre e da impermeabilização da Ecoteca, teriam que recorrer a prestadores de serviços externos, porque a Câmara Municipal não tinha ninguém habilitado no quadro de pessoal para fazer aquele tipo de trabalhos. -----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com quatro abstenções; 3 abstenções da CDU e 1 do MIC.-----

O Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, líder da Bancada da CDU, apresentou uma Declaração de Voto.-----

“Terceira alteração Modificativa (Revisão) aos documentos Previsionais de 2020.-----

A aprovação da terceira Alteração aos documentos previsionais para 2020 não pode deixar de merecer um reparo de censura por parte dos eleitos da CDU.-----

A perda de 210.000€ de fundos comunitários para o saneamento da localidade da Pereira mais os 22.000€ gastos no projecto (que foi para o lixo) são uma grave decisão que prejudicou os interesses concelhios.-----

Quando há já vários anos o sistema de saneamento da Vila, particularmente a estação elevatória da Capareira apresenta problemas graves e com custos elevados, é incompreensível para os eleitos da CDU que o actual executivo camarário tenha desbaratado mais de 230.000€. Não se entende ainda o facto de, até à data presente não ter sido encontrada uma solução mais adequada para o saneamento da localidade da Pereira.-----

Relativamente ao projecto de eficiência da Piscina, que bastante falta faz, é lamentável que desde o anterior mandato o município, ao contrário de outros concelhos, não veja aprovada a sua candidatura pelos responsáveis da gestão de fundos comunitários da Região Centro.-----

No respeitante ao PASM é urgente que o Executivo Camarário mesmo sem financiamento a fundo perdido garantido tome em mãos a sua conservação e a criação de novos atrativos, conteúdos de forma a manter a atractividade de visitantes que tanta falta faz à dinamização da Freguesia de Santa Margarida.-----

Com a anulação de 700.000€ de investimento previsto, hoje aqui aprovada, não será difícil chegar-se ao próximo mês de Abril perante a aprovação das contas de gerência, e referir-se que a execução do Plano relativo a 2020 teve uma execução de próximo dos 100%.----
Pelas razões atrás referidas o voto é de abstenção.”-----

5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2020 (1ª ALTERAÇÃO) – PARA DELIBERAÇÃO;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar que as alterações propostas no mapa de pessoal que vinham à reunião da Assembleia Municipal para eventual aprovação, compreendiam as seguintes alterações: a criação de três lugares de Assistentes Técnicos para o Parque Ambiental de Santa Margarida, a retirada de um lugar de Técnico Superior na Ação Social, Saúde, Educação e Ensino (Tinha saído em mobilidade para o Município de Tomar) e, a criação de um lugar para Assistente Técnico, no serviço Municipal de Património, Aprovisionamento e Armazém. Eram estas as

alterações propostas no Mapa de Pessoal. Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

6 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE POLITICA FISCAL PARA 2021 – IMI, DERRAMA, IRS E TMDP – PARA DELIBERAÇÃO;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a proposta de política fiscal para 2021, era a manutenção das taxas atualmente em vigor, nomeadamente: IMI de 0,35%; Derrama de 1,5%; IRS de 5%; Taxa Municipal de Direitos de Passagem 0,25%. Resumindo, era a manutenção dos valores atuais.-----

Não havendo Intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, obtendo-se os seguintes resultados:-----

- IMI (0,35%) – Aprovado por unanimidade.-----
- Derrama (1,5%) – Aprovado por unanimidade.-----
- IRS (5%) – Aprovado por unanimidade.-----
- TMDT (0,25%) – Aprovado por unanimidade.-----

7- ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO ÂMBITO DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL – PARA DELIBERAÇÃO;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a proposta que vinha à Assembleia Municipal, consistia em o município não aceitar a transferência de competências no ano de 2021, no âmbito da Saúde, Educação e Ação Social, porque, neste momento, ainda não se encontravam reunidas as condições necessárias para esta aceitação. Era necessário limar alguns aspetos. Tinham sido prolongados os prazos para os municípios aceitarem a transferência (até ao início do ano de 2022) e, no caso de Constância, ainda havia um longo caminho a percorrer nestas matérias até à consolidação da descentralização que desse a segurança suficiente para as poder aceitar.-----

Não havendo qualquer intervenção neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

8 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO – CANDIDATURA PDR 2020 –

MEDIDA 10.2.1.6 – “RENOVAÇÃO DE ALDEIAS” – IGREJA DA MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CONSTÂNCIA – EMISSÃO DE DECLARAÇÃO – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a Santa Casa da Misericórdia de Constância pretendia levar a efeito obras de reabilitação na Igreja da Misericórdia, tendo submetido uma candidatura à TAGUS (Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior), necessitando para o efeito de uma declaração da parte do município que atestasse o interesse deste monumento para a população, para a economia local e, um atrativo turístico para o concelho.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), para referir que tinha conhecimento que a Casa do Povo de Montalvo também tinha uma candidatura neste âmbito, a sua dúvida prendia-se se não era necessário vir também à Assembleia Municipal, sendo duas situações idênticas.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para explicar este assunto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a Casa do Povo de Montalvo neste momento tinha uma candidatura já aprovada pela TAGUS. Do que se recordava do processo, a declaração que a Casa do Povo necessitava não era uma declaração neste âmbito, e como tal, não exigia vir à Assembleia Municipal. Se assim o pretendesse, faria chegar este esclarecimento posteriormente porque, não era só a Casa do Povo de Montalvo e a Santa Casa da Misericórdia, também o Clube Estrela Verde e o Agrupamento de Escuteiros tinham submetido candidaturas à TAGUS. Não tinha presente de momento todos esses processos.-----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

9 - DISPENSA DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO NO ANO DE 2020 DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE JANEIRO, E DO DECRETO-LEI Nº 127/2012, DE 21 DE JUNHO – PARA CONHECIMENTO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o município continuava a cumprir os limites de endividamento, assim sendo, não estava obrigado a

aplicar a Lei 8/2012, Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

10 - AJUSTAMENTOS NA RECEITA E DESPESA DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2020 DECORRENTES DA PANDEMIA PROVOCADA PELO CORONAVÍRUS – PARA CONHECIMENTO;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dar informações sobre as alterações ocorridas nas receitas e nas despesas no âmbito do COVID-19. Referiu que a informação era clara, pretendendo apenas dar conta que a legislação saída tinha permitido que os contratos de prestação de serviços no âmbito da cultura e do espetáculo fossem celebrados acordos de reagendamento dos mesmos. A Câmara tinha chegado a acordo quer com o Fernando Daniel, quer com a Banda do Filme Variações, sendo estes os dois artistas cabeças de cartaz que estavam contratualizados para as Festas do Concelho do presente ano. Referiu que se existissem condições para a realização das Festas do Concelho em 2021, no sábado seria o Fernando Daniel e na segunda-feira seria a Banda do Filme Variações.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

11 - RELATÓRIO DE CONTAS DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO – PARA CONHECIMENTO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dar conta das várias entidades em que o Município tinha participações, tais como, Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico; AMEGA - Associação de Municípios de Estudos e Gestão de Água; Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo e Tagus - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior e, das contas de cada uma dessas Associações.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

12 - REPORTE DE CONTAS À ERSAR DO ANO DE 2019 – PARA CONHECIMENTO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o município tinha a obrigação de reportar as contas dos serviços de água, resíduos e saneamento à ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, e, o que vinha a esta

Assembleia era o reporte do que tinha sido enviado. Salientou que o ano de 2019 ainda não refletia na totalidade as alterações do novo tarifário, uma vez que este só se iniciou em agosto ou setembro do ano passado. Salientou ainda, que o ano de 2020, também não seria um ano para fazer comparações porque tinham existido três meses em que não tinham sido cobradas tarifas fixas aos consumidores e, logo aí, havia um decréscimo da receita que se previa arrecadar no âmbito dos tarifários. -----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), referindo entender a justificação apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, no entanto, lembrou que no ano passado com um novo tarifário a ser executado durante quatro meses, tinha havido um aumento substancial da receita. Em 2018 a taxa de cobertura da despesa pela receita, era de 78% no abastecimento de água e, em 2019 tinha baixado, mesmo com quatro meses de aumentos de água. Nas águas residuais, em 2018 era 55.48% tinha baixado para 53.90%, mesmo com quatro meses de aumento de águas. Nos resíduos sólidos urbanos, a situação era muito pior, tinha passado de 94.78%, para 80%, a taxa de cobertura da despesa pela receita. Não deixava de ser preocupante porque, mesmo com um aumento da receita durante quatro meses, tinha baixado a taxa de cobertura.-----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), se tinha limitado à simples leitura dos documentos. Já tinha referido na apresentação dos mesmos que, era necessário esperar por um ano completo do novo tarifário, para ter dados mais concretos de verificação e, qual era a real cobertura dos gastos com a água, resíduos e saneamento. Se bem que, também tinham que ter consciência de que não existiam anos iguais, num ano poderia haver mais roturas de água que noutro, o que contava era o balanço final dos serviços.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

13 - PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TAXAS DE EXECUÇÃO FISCAL E JUROS DE MORA – DÍVIDA DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS – COVID 19 – PARA RATIFICAÇÃO-

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para a apresentação do ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar que todos os serviços do município tinham estado encerrados durante o pico maior do COVID-19. Perante este facto, algumas pessoas tinham-se visto impossibilitadas de efetuar alguns pagamentos, nomeadamente faturas de água. Assim, o executivo tinha entendido que não era justo aplicar a essas pessoas custos para além da própria fatura. O que se pretendia com este documento era a ratificação dessa decisão, no sentido de se isentarem as

peças do pagamento dessas taxas e dos Juros de Mora, pelo atraso no pagamento das respectivas faturas.-----

Não havendo intervenções o senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

14 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS, LICENÇAS E POSTURAS MUNICIPAIS – PARA DELIBERAÇÃO;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar que, a principal alteração ao Regulamento de Taxas, tinha sido a introdução de uma medida positiva. Deu como exemplo a Freguesia de Santa Margarida, sendo a Freguesia do Concelho mais afetada pela perda de população e pela desertificação, a par de um conjunto de outras medidas importantes já adotadas, como baixar o preço por metro quadrado do loteamento municipal em Malpique, a cobertura de fibra ótica e, brevemente, uma rede móvel aceitável, era entendimento do executivo, incentivar à reconstrução e construção de habitação própria e permanente naquela Freguesia, isentando as pessoas que estivessem dispostas a fazê-lo, do pagamento das taxas na Câmara Municipal. A título de exemplo, referiu que com estas medidas, uma moradia com aproximadamente 160 m2 pagava atualmente em taxas na Câmara Municipal, cerca de mil e duzentos euros, com esta proposta aprovada, ficaria isento dessas taxas. Se nas Freguesias de Constância e Montalvo, não se verificavam de momento problemas com fixação de população, muito pela dinâmica criada pela Zona Industrial e pela aproximação à A23, o mesmo não se passava em Santa Margarida, sendo necessário fazer este equilíbrio de desenvolvimento de todas as freguesias. -----

Não havendo intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

15 - CEDÊNCIA DE PARCELAS DE TERRENO À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CONSTÂNCIA, SITAS EM CAPAREIRA, FREGUESIA E CONCELHO DE CONSTÂNCIA, PARA CONSTRUÇÃO DE UM LAR DE IDOSOS – PARA CONHECIMENTO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que na última reunião da Assembleia Municipal tinha sido aprovada a desafetação do domínio público de uma parcela de terreno para cedência à Santa Casa da Misericórdia de

Constância. O que vinha agora à Assembleia Municipal para conhecimento era o Contrato de Promessa de Cedência de Direito de Superfície. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**16 - SERVIÇOS ESSENCIAIS DE TRANSPORTES PÚBLICOS NO MÉDIO TEJO –
ACORDO CIMT/MUNICIPIOS PARA FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS
A FUNCIONAR NO PERÍODO ESCOLAR DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2020 -
PARA CONHECIMENTO-----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que numa Assembleia Municipal, que não conseguia de momento precisar o ano, tinha sido apresentada e aprovada uma proposta, no sentido de delegar na Comunidade Intermunicipal, a função de autoridade de transportes, representando o Concelho de Constância e todos os outros concelhos da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. O documento que vinha agora a esta Assembleia para conhecimento tinha a ver com o seguinte: nesta fase em que se iniciaram as aulas e, os operadores de transportes do território se encontravam com sérias dificuldades financeiras, tinham chegado a um acordo para compensar os operadores a manterem a rede de serviços essenciais no nosso território.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira (CDU), para refêr que no anexo 1 do documento, última página, na coluna Rodoviária do Tejo - passes escolares e obrigações de serviço público, verificava que só tinham verbas a pagar, os concelhos de Constância, Mação e Sardoal, pelo que gostaria de saber porque é que os outros concelhos não constavam naquela coluna.-----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, nessa coluna, só constavam os concelhos de Constância, Mação e Sardoal, porque era nesses concelhos que se verificavam neste momento, serviços essenciais de transporte bastante deficitários. Os autocarros da Rodoviária circulavam totalmente vazios nestes territórios e, para manterem os circuitos existentes, para além dos passes escolares, eram necessárias estas compensações. Abrantes e Entroncamento tinham transportes próprios e alguns internos dentro das cidades; Ferreira do Zêzere trabalhava com a rodoviária da Beira Interior; Ourém, tinha também alguns transportes dentro do próprio concelho; Sardoal estava na mesma situação que Constância; Sertã, trabalhava com a Rodoviária da Beira Interior; Tomar e Torres Novas, tinham transportes próprios; Vila de Rei, trabalhava com a Rodoviária da Beira Interior e, Vila Nova da Barquinha, estava a usufruir de alguns

transportes entre o Entroncamento e Barquinha, existindo sempre movimentos que dispensavam compensações.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), referindo que a explicação do Senhor Presidente da Câmara Municipal não era muito aceitável, porque por exemplo, Abrantes tinha transportes próprios na malha urbana mas, não tinha transportes próprios das Mouriscas para Abrantes, nem da Bemposta, nem de São Facundo, nem do Carvalhal. Haveria em seu entender uma explicação mas não a que o Senhor Presidente da Câmara Municipal acabava de apresentar.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal reiterou que faria chegar todas as informações como sempre o tinha feito, ao Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira CDU.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que este era um ponto que não era necessário vir à Assembleia Municipal mas, em conjunto com o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinham decidido trazê-lo à Assembleia Municipal para conhecimento. Lembrou que existiam questões, nomeadamente esta, que poderiam ser apresentadas na Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo pelos Deputados que nessa Assembleia tinham assento, como era o caso do Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, CDU.-----

17 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA CONHECIMENTO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados e Presidentes de Junta de Freguesia se pretendiam fazer alguma intervenção neste ponto.- Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), solicitando alguns esclarecimentos sobre informações no documento em apreço, apresentando as seguintes questões: - O projeto da cultura em rede, o que era e o que se perspectivava? Sobre as visitas às ERPIS (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, mais conhecidas por Lares), particularmente aos Lares não licenciados, o que é que estava previsto e a conclusão tirada? Qual o ponto de situação do protocolo feito para a remoção de fibrocimento do balneário (já desativado) na Escola C+S? Como se iria processar a transferência de competências do Ministério da Educação para a Câmara Municipal, se era pago e, qual era a responsabilidade do Município? Pretendia ainda saber do conteúdo e resultado, da reunião do Senhor Presidente da Câmara Municipal com a Senhora Secretária de Estado do Turismo.-----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal pediu permissão ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para passar a palavra à Senhora Vereadora Ana Filipa

Alves Nuno Rosa Montalvo para responder à primeira questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), sobre a cultura em rede, por ser a Senhora Vereadora que tinha acompanhado esse processo desde o início.-----

A Senhora Vereadora Ana Filipa Alves Nuno Rosa Montalvo começou por referir que esta candidatura tinha surgido no âmbito dos constrangimentos verificados no âmbito da COVID-19, no setor da cultura. Tinha sido entendimento do Ministério da Cultura, que deveriam ser feitas parcerias entre municípios e outras entidades, com uma duração de um ano, até ano e meio, na promoção de eventos culturais no segundo semestre do ano de 2020/2021. O que se pretendia com estas candidaturas, além do enaltecimento natural que se deveria dar à cultura, era criar marcos de referência nos territórios, principalmente ao nível turístico, da cultura e do património. Neste âmbito, o município de Constância tinha-se unido aos municípios parceiros de Abrantes e Sardoal, estando a construir um projeto em rede que una os três territórios. A candidatura seria submetida na próxima semana e, em seu entender, parecia-lhe estar bem fundamentada ao nível dos três municípios. Sendo aprovada como esperava, seria muito importante principalmente para os dois municípios mais pequenos como eram os casos do Sardoal e Constância.-----

O Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira (CDU), pediu a palavra para questionar qual o valor da candidatura, e qual a parte de Constância.-----

A Senhora Vereadora Ana Filipa Alves Nuno Rosa Montalvo esclareceu que o valor máximo a que se podia candidatar cada consórcio era de trezentos mil euros, sendo que caberia a cada um dos municípios cem mil euros se o projeto tivesse a duração de um ano, correspondendo a cem por cento do financiamento. Se decidissem estender no tempo por mais seis meses, não sendo para já intenção, apesar de poder haver uma reprogramação, teria uma comparticipação de oitenta e cinco por cento, ainda assim bastante significativa.-

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondendo à questão das visitas às ERPIs (Lares). Tinha sido uma visita de trabalho composta por um elemento da Protecção Civil Municipal, um elemento da Segurança Social e, da Autoridade de Saúde Local. Tinha tido como finalidade, a verificação das condições existentes nesses estabelecimentos do nosso concelho no âmbito do COVID-19. Relativamente à questão dos lares legais ou ilegais, como o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), sabia, quem os licenciava era a Segurança Social. Relativamente à questão do fibrocimento, o protocolo estava assinado e as obras seriam financiadas a cem por cento. À Câmara Municipal caberia a assinatura do protocolo, uma vez que ainda não tinha aceite a transferência de competências na área da Educação. Seria responsável pela elaboração do projeto, exterior à Câmara Municipal, porque teria que ser um técnico habilitado para o efeito. A Câmara

lançaria a obra, faria a contratação do empreiteiro para a substituição do fibrocimento, e a obra seria financiada a cem por cento.-----

Quanto à questão da Senhora Secretária de Estado do Turismo, a reunião que tinha mantido com a mesma tinha a ver com a questão do hotel que estava a ser construído à entrada da Vila. Existiam algumas dificuldades de agilização com o Turismo de Portugal, e a reunião tinha sido no sentido de tentar abrir o canal, para que as partes se entendessem e chegassem a bom porto, naquilo que ainda estava pendente na obra.-----

Pediu a palavra a senhora Deputada Carmen Dolores Gomes da Silva (MIC), para solicitar um esclarecimento sobre a contratação de uma licenciada em terapia da fala. Questionando qual o motivo?-----

Em resposta à Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, o Senhor Presidente referiu que a contratação de uma Terapeuta da fala, se destinava a prestar apoio às escolas, através de um tema da Comunidade Intermunicipal. Era mais uma valência.-----

18 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o plenário se pretendiam fazer alguma intervenção.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira (CDU), referindo que a Bancada da CDU tinha uma proposta sobre os péssimos serviços prestados pelos CTT “Encontrada correspondência abandonada”.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), para a apresentação do documento.-----

-----“Proposta-----

-----Os péssimos serviços prestados pelos CTT-----

------(Encontrada correspondência abandonada)-----

Como é do conhecimento público, através do Médio Tejo Digital, foram encontradas no passado dia 13 de Agosto, em Abrançalha de Baixo, centenas de cartas destinadas maioritariamente às freguesias de Montalvo e Constância.-----

Ao longo dos últimos anos muitas têm sido as reclamações junto e sobre os CTT derivado ao atraso na correspondência e em variados casos por extravio dessa mesma correspondência.-----

Para além das reclamações anónimas durante todos estes anos de gestão privada desta empresa, realça-se a recente tomada de posição pública da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e da própria ANACOM – Autoridade Nacional de

Comunicações sobre a deficiência deste serviço que muito prejudica os cidadãos, as empresas e instituições do Concelho e da Região.-----

É inconcebível que uma empresa a quem está concessionado um serviço público da maior importância para o desenvolvimento harmonioso, económico e social do país, que é a entrega de correio, possa estar semanas sem que o serviço seja realizado ou mesmo sujeito a nunca ser feito.-----

O abandono da correspondência em causa, (certamente muito relacionado com a precariedade laboral em que muitos funcionários são contratados semanalmente), em lugar pouco acessível segundo a notícia, onde se incluem vales de correio, cartas das finanças, hospitais, seguros, publicações, não só é demonstrativo da desorganização e falta de respeito pelos utilizadores que grassa naquela empresa, como exige uma acção criminal que apure os verdadeiros responsáveis por tão abjecta atitude.-----

Tendo a privatização dos CTT, operada no governo de Passos Coelho, prejudicado fortemente os interesses do país, e estando prestes a terminar o contrato de concessão, apelamos ao governo do Partido Socialista que reverta para a esfera pública esta empresa que muito pode ajudar o progresso das nossas regiões.-----

Por nos sentirmos prejudicados e enganados pelo serviço prestado pelos CTT reforçado pelo facto de alguma correspondência extraviada ser expedida pelo nosso município, a Assembleia de Constância, reunida a 25 de Setembro de 2020 propõe;-----

Solicitar à Administração dos CTT justificações sobre tão insólito e irresponsável atitude.--

- a) Solicitar ao Ministério dos Transportes e Comunicações medidas que coloquem fim a tão deficiente serviço.-----
- b) Solicitar ainda ao Governo, através do respectivo Ministro dos Transportes e Comunicações a reversão para a esfera pública da empresa CTT.-----
- c) Enviar a presente deliberação ao Senhor Ministro dos Transportes e Comunicações aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República com representação no nosso Distrito; PS, PSD, BE e PCP e ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações.-----

Os eleitos da CDU-----

Constância, 25 de Setembro de 2020”-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação esta proposta para aceitação, sendo a mesma aprovada por unanimidade.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), questionando o Senhor Presidente da Câmara sobre a situação descrita na proposta

apresentada pela bancada da CDU, se o Município tinha solicitado algum esclarecimento sobre o assunto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que o Município não tinha tomado nenhuma posição individual, porque tinha sido tomada no seio da CIMT e, todos tinham assumido uma posição pública perante o que se tinha passado nos CTT.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou esta proposta a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Marques Moura dos Santos (CDU), referindo que ao ver uma das últimas entrevistas dada pelo Senhor Professor António Costa e Silva, Conselheiro do atual Primeiro-Ministro e autor do documento “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal para as duas próximas décadas 2020-2030”, em determinada altura referia que tinha auscultado o país, ouvido muitas pessoas, recebido muitas propostas e contributos. Assim, pretendia apresentar a seguinte questão, uma das propostas, seria certamente a construção da nova Ponte sobre o Rio Tejo, no concelho de Constância. Apresentando a questão de outra forma, que diligências o atual executivo tinha feito, no sentido de sensibilizar o poder central de uma vez por todas, para a construção daquela infraestrutura tão importante para o nosso concelho?-----

Um outro assunto prendia-se com alguns comentários sobre o desaparecimento de alguns bens materiais, combustíveis e outros do Armazém Municipal de Vale de Mestre, pelo que, gostaria de saber se haveria nestes comentários algo de verdade. Se sim, se era possível quantificar os desvios e, que medidas tinham sido tomadas para evitar que situações destas voltassem a acontecer no futuro?-----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que quanto à primeira questão, o município de Constância a tinha sinalizado, embora já constando no PNI (Plano Nacional de Investimentos), a construção de uma nova travessia sobre o Rio Tejo entre o concelho de Constância e o concelho de Abrantes.-----

Relativamente à questão do desaparecimentos de materiais no Armazém Municipal, tinham desaparecido alguns baldes de tinta e, combustível não municipal, mas sim, do camião da SUMA que faz a recolha do lixo no nosso concelho. O que tinham feito como resposta, tinha sido apresentar queixa à GNR. Explicou que só uma parte do Armazém Municipal tinha alarme e iriam colocar alarme em todos os espaços do Armazém Municipal para evitar que esta situação se repetisse.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), referindo que pretendia apresentar algumas questões referente a obras a decorrer na Vila



de Constância. Começou pelas obras do Cineteatro, questionando se já estavam concluídas, dado que tinham deixado de ser visíveis sinais de obras no local. Os únicos sinais naquele espaço eram a falta de limpeza do mesmo, para além da falta de tampas de esgoto e grelhas de escoamento de águas retiradas, a aguardar colocação. Ainda em relação ao Cineteatro, lamentou a solução encontrada para o escoamento de águas da varanda no piso superior, em nada dignificando um edifício público. Nem se tinham dado ao trabalho de pelo menos, colocarem os tubos de escoamento das águas pluviais com as mesmas dimensões, assim como as letras identificativas do Cineteatro prestes a caírem. Queria acreditar que os acabamentos no interior do edifício, que tinham sido objeto de uma grande remodelação, estivessem bem melhores que os do exterior.-----

Sobre as obras a decorrer junto ao Rio Zêzere, referiu que na Ata acabada de aprovar, na página 24, numa resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal a uma questão que tinha colocado, constava que a zona do Campo de Voleibol, passaria a ter relva, os muros seriam capeados, retirada a tijoleira e colocadas lajes em granito, para além da pintura dos muros e muretes. Questionava para quando estas obras? A Ata atrás mencionada, também referia que iria ser substituída toda a iluminação, no entanto, o que verificava eram muitos fios soltos, questionando se iriam continuar assim por muito tempo, por uma questão de segurança. Por falar em segurança, disse ter muitas dúvidas que aquelas obras estivessem a cumprir todas essas regras, questionando se o executivo tinha essa noção. Naquele espaço, tinha sido colocada uma plataforma de aceso a pessoas com mobilidade reduzida. Não questionava se a plataforma cumpria ou não a legislação, queria acreditar que sim, contudo, deixava para reflexão a localização da mesma e, se iria dar resposta aos cidadãos com mobilidade reduzida. Questionou ainda, se estava planeada alguma casa de banho para pessoas com mobilidade reduzida naquela zona.-----

Sobre o Parque de Campismo, gostaria de saber se a Vila iria continuar a não ter Parque de Campismo e, qual a solução encontrada para o futuro? Se a câmara estava a pensar em voltar a assumir a gestão daquele espaço?-----

Por fim, referiu a segurança ou falta dela, em caminhar numa grande parte dos passeios da Vila, porque existiam pedras soltas e buracos no chão por todo o lado. Terminou com um alerta para a limpeza das árvores que estavam a obstruir os passeios. A Vila no passado era denominada uma Vila limpa, hoje sentia muita dificuldade em defender este conceito e afirmar que vivia numa Vila limpa e com espaços em segurança.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões que a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), tinha colocado sobre as obras do Cineteatro. O Cineteatro tinha sido pintado por fora com impermeabilização e

limpeza do telhado, encontrando-se as obras praticamente concluídas. Desconhecia a existência de obstáculos no seu exterior, porque do seu conhecimento, o espaço estava limpo. Todo o entulho tinha sido retirado há bastante tempo. Relativamente ao escoamento das águas, considerou uma sinalização pertinente, referindo que tinham optado por colocar aqueles tubos, porque os tubos existentes estavam ao mesmo nível da parede e quando chovia, a água escorria pela parede manchando-a. Era uma situação que iriam verificar.-- Relativamente às obras da zona ribeirinha, referiu que as mesmas tinham um prazo de execução definido, encontrando-se ainda dentro desse prazo.-----

Quanto à questão das lajes em granito, pediu desculpa se tinha falado em lajes de granito. O que pretendia dizer eram lajes parecidas com o granito. De granito eram os cubos que seriam aplicados na rampa de acesso à margem do Rio Zêzere, porque todo o atual piso estava degradado, seria levantado e colocados cubos de granito iguais aos que estavam na Avenida das Forças Armadas.-----

Quanto às regras de segurança na obra, era uma questão já sinalizada e iriam verificar com o empreiteiro o que se passava.-----

Quanto à plataforma, disse ter respeitado os pareceres dos técnicos que referiram que aquela plataforma reunia todos os requisitos para ser utilizada por pessoas com mobilidade reduzida.-----

Relativamente ao Parque de Campismo, iria ser aberto novo concurso para a sua exploração por um privado.-----

Quanto aos pavimentos e aos passeios na Vila com pedras soltas, solicitou que lhe fosse entregue o nome das ruas e o local exato onde existiam aqueles problemas, para que fosse feita de imediato uma intervenção.-----

Relativamente à questão das árvores, disse ter informações dos técnicos que não era a altura do ano para a poda das mesmas. Na altura prevista seriam limpas, no entanto, se existissem situações que colocassem em perigo peões ou automobilistas, essas árvores, independentemente da estação do ano, seriam limpas.-----

Quanto às considerações que a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), tinha feito sobre a limpeza da Vila referindo que tinha falta de limpeza, disse não concordar. Percorria a Vila todos os dias e por essa razão, tinha conhecimento perfeito do seu estado de limpeza. Lembrou que nesta altura de Outono, era normal caírem folhas das árvores, não considerando isso sujidade.-----

Com a permissão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pediu ao Chefe da Divisão de Serviços Técnicos, Eng. Jorge Heitor, que prestasse alguns esclarecimentos

sobre as questões que entendesse não terem ficado bem esclarecidas, ou outras, uma vez que não era técnico. -----

O Chefe da Divisão de Serviços Técnicos, Eng. Jorge Heitor, disse pretender esclarecer três ou quatro pontos, que iria dividi-los em duas obras, a primeira prendia-se com o Cineteatro. A empreitada do Cineteatro estava concluída há meses, ou seja, a empreitada que tinha sido adjudicada no ano passado relativa ao seu interior. A empreitada do exterior, pintura e impermeabilização da cobertura e dos terraços, tinha sido uma empreitada completamente independente do interior. Relativamente ao Parque Ribeirinho, a obra não se encontrava atrasada. Como acontecia em muitas outras câmaras, com a atual conjuntura, os preços atuais no mercado no setor imobiliário da construção civil tinham disparado. Existiam cada vez mais dificuldades em conseguir arranjar empresas com credibilidade e capacidade de trabalho, entre outros fatores, que respondessem aos concursos. Como resultante, muitos concursos ficavam desertos, dando como exemplo a Torre do Parque Ambiental. O empreiteiro do Cineteatro tinha sido a única empresa a concorrer, provavelmente se não tivesse concorrido esta empresa, mal ou bem, neste momento a obra ainda não se teria iniciado. Relativamente ao Parque Ribeirinho, a rampa em estrutura metálica, como era óbvio, tinha sido projetada por um Arquiteto e cumpria rigorosamente a legislação em vigor, citando-a *“a inclinação da rampa para deficientes pelo Decreto-lei 163/2006, tem que ter no máximo 6% de inclinação, podendo ir a oito, quando a sua extensão for para além dos 10 metros”*. A rampa tinha mais de 10 metros e menos de 8% de inclinação. Arrancava da plataforma onde era o estacionamento junto ao rio, depois tinha um patamar plano, virava à esquerda, sendo essa a parte mais extensa, depois novamente à direita para ir ter ao caminho pedonal imediatamente abaixo do Parque Infantil. -----

Era uma estrutura metálica, fixa ao solo com sapatas de betão armado. A outra rampa que provavelmente ninguém se teria apercebido, estava moldada no muro em betão de um lado e de outro, que ia desse caminho pedonal até ao parque infantil e, cujo pavimento salvo erro, estava construído em betão.-----

O antigo campo de Voleibol seria relvado. Relativamente à confusão do granito, nunca tinha ouvido falar que estivesse previsto o revestimento dos muros em granito, o que sabia e estava escrito, eram lajetas em betão com acabamento de granito galhardo, sendo este o termo técnico que estava no caderno de encargos e, tinha sido exatamente isso que tinha sido aplicado.-----

A iluminação tinha sido toda removida, estando previsto colocar quarenta e quatro armaduras com quatro metros de altura cor cinza e LED.-----

Outra questão colocada tinha sido se o projeto contemplava uma instalação sanitária para deficientes. Essa instalação já existia, exatamente no centro da obra, tinha sido feita em 2011.-----

Quanto à segurança da obra, tinham existido efetivamente alguns problemas, não propriamente com o empreiteiro, mas sim com os transeuntes. Estava colocada sinalização de estacionamento proibido ao longo de toda a vedação junto ao rio e ninguém cumpria, era uma situação a que a Câmara era alheia. Tinha sido feita uma reunião com o empreiteiro (nada fácil) sobre esse aspeto e o Plano de Segurança tinha sido alterado para permitir esse acesso.-----

Para terminar a sua intervenção, referiu que na rampa de acesso ao rio, iria ser retirado todo o pavé e colocados cubos de granito.-----

Retomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a explicação técnica, acrescentando que iria ter uma reunião na CCDR (Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional) para ver se conseguiam mais verbas, porque o dinheiro que estava previsto para a zona ribeirinha era pouco. Eram necessários mais cerca de duzentos e cinquenta mil euros, para fazer uma intervenção de fundo na Zona Ribeirinha. Dado que o atual quadro comunitário estava a chegar ao fim tentaria ver se era possível.-----

Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), para referir que quando falou na segurança, nem era tanto no estacionamento, mas sim a vedação que deveria impedir as pessoas de entrar na obra, estava caída há vários dias. Quanto ao Cineteatro, uma vez que tinha sido referido que estava concluído, tinha passado no local no passado domingo e as grelhas de escoamento de águas em volta do edifício que deveriam estar colocadas, não estavam.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), para dizer que tinha ficado surpreendido ao ouvir dizer que a obra do Cineteatro estava acabada. Se consideravam que a obra estava acabada, então só tinham feito metade do serviço, dando para o efeito alguns exemplos. Outro assunto que pretendia apresentar, prendia-se com o PDM (Plano Diretor Municipal), tinha a ideia que o mesmo iria para discussão pública, solicitando que fosse retomada a ideia da expansão da Zona Industrial para Norte e para Este, ou seja, entre o Cemitério e a Zona industrial e, a faixa até à A23. A faixa que tinha sido escolhida e que constava no atual PDM verificava-se a sul da estrada nacional. Em sua opinião, era um processo muito mais complexo, até em termos de investimento e custos para o município e, dificilmente se conseguiria concretizar.-----

Referindo-se ao Campo de futebol e ironizando, disse que finalmente a relva tinha sido regada “mas com água da chuva”, não com o sistema de rega colocado o ano passado,

que não funcionava. Aproximava-se mais um verão com temperaturas acima dos quarenta graus em muitos dias e, o investimento feito o ano passado não tinha servido de nada. Referiu igualmente a presença de um extintor junto ao depósito da água que embora dentro da vedação, se estivesse guardado estaria mais seguro.-----

Para terminar, referiu o facto de no ano anterior, no Plano e Orçamento, ter sido aprovada a verba de vinte mil euros para caminhos florestais e nada ter sido feito. Lamentou que os Sapadores Florestais andassem muitas vezes na limpeza das ruas, quando deveriam andar na floresta. Pediu igualmente que lhe explicassem se por acaso soubessem, sobre os procedimentos eleitorais para as eleições para a CCDR.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que relativamente à primeira questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, sobre a expansão da Zona Industrial para norte, a legislação mantinha-se e essa zona tinha a limitação das linhas de água bem como a própria servidão da autoestrada. Já tinham feito uma análise a essa questão e insistir, era andarem enrolados e não expandirem a Zona Industrial.-----

Quanto aos caminhos florestais, não era verdade o que o senhor Deputado tinha referido, o município tinha requalificado um conjunto de caminhos florestais, bem como a criação de algumas faixas de contenção.-----

Quanto à rega do Campo de Futebol, o processo estava praticamente concluído faltando alinhar apenas alguns pormenores.-----

Quanto à questão do extintor, referiu apenas que tinha tomado boa nota do assunto e iria proceder em conformidade, tendo algumas dúvidas que aquele equipamento fosse do município. Poderia ser do prestador de serviços que estava a concluir a questão da rega.-

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em resposta ao Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), referiu que pretendia informar no final da assembleia o que estava definido para as eleições da CCDR. Uma vez que o assunto tinha sido colocado, aproveitava para informar que as listas já tinham sido ratificadas e teriam que fazer uma Assembleia Extraordinária Eleitoral para a eleição do Presidente da CCDR. Quanto aos dois Vice- Presidentes, um seria indicado pelo governo, o outro, seria eleito na CIMT por todos os Presidentes de Câmara. Da listagem já ratificada, constavam todos os Deputados, todos os Presidentes de Junta de Freguesia, assim como, o próprio Executivo Municipal. A data marcada seria o dia treze de outubro, não tendo ainda nenhuma informação sobre a hora. Ficavam a partir daquele momento informados, comprometendo-se a enviar mais informações logo que fossem conhecidas.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS),

para referir que passado um ano de ter sido instalado o Espaço do Cidadão em Constância e, atendendo que neste período da pandemia os serviços públicos como medida de prevenção de não concentração de pessoas só faziam atendimento por marcação, a percepção que tinha, era que em boa hora a Câmara de Constância tinha instalado aquele serviço. Era sua opinião, que o Espaço do Cidadão tinha dado uma boa resposta à necessidade dos munícipes tais como, renovar cartão de cidadão, carta de condução e muitos outros serviços. Pelo que a pergunta que fazia ia no sentido de, se passado este primeiro ano, existia algum balanço e números, que desse às pessoas uma percepção dos serviços prestados e dos problemas resolvidos aos munícipes?-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder a esta última questão, referindo que não tinha de momento os números referidos mas, não tinha dúvidas em afirmar que o Espaço do Cidadão tinha sido uma grande aposta e uma aposta ganha, pelo número de serviços que eram prestados, não só às pessoas do concelho de Constância como de outros pontos do país. Lembrou que até de Lisboa e Sintra, apareciam marcações para tratar do cartão de cidadão por, o processo ser mais célere. A própria Câmara Municipal já tinha recebido alguns emails de agradecimento pelos serviços prestados por aquele organismo. Por ser um serviço da responsabilidade da Administração Central, entenderam na altura, que não deveriam deixar de o prestar, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos. O que importava era prestar bons serviços e aumentar a qualidade de vida dos cidadãos. Não tinha dúvidas que o Espaço do Cidadão tinha contribuído para isso, sem retirar importância às funções da Repartição de Finanças e Conservatória.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Natércio Francisco Canelhas Candeias (PS), referindo que a Assembleia estava quase a terminar e não poderia deixar passar o momento sem falar no que os atormentava, o COVID-19, cada vez mais ameaçador. Tinham sido apresentadas, particularmente pela Bancada da CDU, algumas preocupações que sendo importantes, não se poderiam nunca sobrepor à pandemia que vivíamos. Pretendia deixar esta sensibilidade, para que num futuro próximo, pudessem pensar de forma diferente, e partilharem as prementes preocupações sem sectarismos políticos, ou outros. O momento exigia uma nova forma de ver as coisas e de apresentar críticas.-----

Pretendia para terminar, reforçar a ideia, a preocupação que deveria existir em cada um, no sentido de ajudarem, acompanhar e informarem, por se tratar de uma responsabilidade de todos. O que estava a acontecer no presente, na sua análise, não era brincadeira nenhuma, e só com a participação de todos se poderia minimizar a situação. Terminou, referindo que não vissem nas suas palavras, palavras vãs!-----

Não havendo mais intervenções, passou-se à leitura da minuta da ata, que em seguida se colocou à votação.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constante possam produzir efeitos imediatos.-----

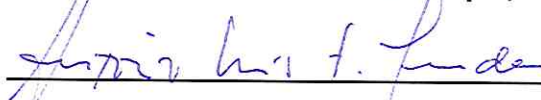
-----**ENCERRAMENTO**-----

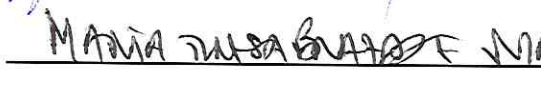
E não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, pelas vinte e duas horas e cinquenta minutos.-----

A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelas Secretárias da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,



MARIA TUSA BUAQUE MARTINS


CARLA SILVERIO